

ATA Nº 01/2026

## **2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA INSTÂNCIA MINEIRA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO RIO DOCE – IMPS/DOCE**

Ao 26 dia do mês de fevereiro do ano de 2026, às 10 horas, reuniu-se, no Pontenovense clube, rua Caetano Marinho, 278, centro, Ponte Nova/MG, a Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce – IMPS/Doce, instituída pela Portaria Conjunta nº 1, de 22 de outubro de 2025, como instância de natureza informativa e consultiva destinada a promover espaços e mecanismos de participação e controle social no acompanhamento das obrigações e ações previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Processo nº 0156420-07.2024.1.00.0000.

A sessão foi aberta por Luísa Lacerda Cançado Schneider, que, após cumprimentar os presentes, informou o objetivo da reunião e agradeceu aos presentes.

Aloísio Soares Lopes, ATI centro Rosa Fortini, também fez fala inicial agradecendo aos presentes e contextualizando a importância do dia para a participação social.

Para fins de registro, **consignou-se a presença dos(as) representantes das comunidades atingidas, nos termos do art. 5º, inciso I, da Portaria Conjunta**, sendo: representantes de Mariana, Anderson Jesus de Paula (titular) e Mirella Regina Lino Sant’Ana (suplente); representantes de Barra Longa, Simone Silva (titular); representantes de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Chopotó, Marcos Antônio Martins (titular) e José Márcio Lazarini (suplente); representantes de Rio Casca e adjacências, Simone de Fátima Nunes (titular) e Silvio Martins Soares (suplente); representantes do Parque Estadual do Rio Doce, Maria Aparecida da Silva Calazans (titular) e Sandra Maria Vasconcelos (suplente); representante do Vale do Aço, Moises Gomes da Silva; representante de Governador Valadares, Ilha Brava e Baguari, Ageu José Pinto (titular); representantes de Tumiritinga e Galiléia, Marilúcia Gonçalves (titular) e Marlene Ferreira Martins (suplente); representante de Conselheiro Pena, Maria Célia Albino (titular) ; representante de Resplendor e Itueta, Marília Vieira de Almeida (titular) e Renato Correia de Oliveira (suplente); e representante de Aimorés, Benilde Madeira (suplente).

Para fins de registro, José Alves da Silva, membro suplente do território de Governador Valadares, Ilha Brava e Baguari, solicitou justificativa de sua ausência face imprevistos que o impediram de se juntar à reunião.

**Em seguida, registrou-se que estiveram presentes os integrantes do Poder Público, segundo o art. 5º, inciso III**, sendo: representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Ana Cláudia Machado Botelho Lutfy (titular) e Thais Cristina Lopes de Araújo Vilas Boas (suplente); representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, Renato Teixeira Brandão e Natalia Silva de Souza (suplente);

representante Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, Dra. Shirley Machado de Oliveira (suplente);

Também constou a participação da Defensoria Pública de Minas Gerais, representada pelo Dr. Felipe Soledade.

**Ademais, registrou-se a presença dos convidados com direito a voz, previstos no art. 6º da normativa mencionada, que integraram a reunião:** Franciele Fedrizzi e Laura Lima, da AECOM e Isabela Raquel Ramos Iensen, do LACTEC, todas representantes das auditorias externas independentes.

Registra-se presença também de órgãos técnicos quais foram convidados a participar sendo esses: **SEPLAG**, representada por Carlos Roberto Vitor Junior; **DER** na figura de Antenor; representando a **SEINFRA** houve a presença do Subsecretário de Concessões e parcerias, Vitor Augusto Martins da Costa e de Matheus Luiz Silva Fernandes; Também houve presença da **EMATER** com Gilmar Gonçalves de Oliveira, Vitorio Alves Freitas e Graciela Pires Lazarini; e da **COPASA**, representada por Solange Cristina de Abreu Xavier, Nilson José Ferreira e Louraiton Pereira.

**Houve, ainda, o comparecimento das Assessorias Técnicas Independentes:** Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) Barra Longa e Médio Rio Doce, Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Cáritas Diocesana de Itabira; Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais; Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e Centro Rosa Fortini, **bem como demais participantes, conforme lista de presença, que compõe o Anexo II desta ata.**

Procedeu-se à leitura e apreciação da ordem do dia, composta pelas seguintes pautas:

1. **Mística, abertura e informes (30 min);**
2. **Devolutiva sobre a estrada Chopotó – Ponte Nova/Barra Longa (DER/MG) e Devolutiva sobre o pedágio da BR-356 (SEINFRA);**
3. **Custeio da Instância: informe sobre as tratativas e encaminhamentos (SECEX) e Devolutiva sobre o edital de instalação de sistemas fotovoltaicos (EMATER);**
4. **retomada da captação de água em Itueta e Resplendor (COPASA) e Apresentação das Instituições de Justiça: Anexos 1 e 2 e Programa de Mulheres;**
5. **Pauta livre**

De modo inicial foi feito informe sobre o Kit Máquinas, onde Carlos, SEPLAG/MG, contextualizou que a entrega dos kits máquinas foi realizado a partir de demanda apresentada por prefeitos dos municípios atingidos. Assim, trouxe que todas as entregas foram concluídas com sucesso, compondo em totalidade 190 maquinários distribuídos entre 38 municípios mineiros.

Outro informe realizado tratou sobre o cronograma de reformas das igrejas da arquidiocese de Mariana, que também foi encaminhado via e-mail para os(as) membros(as).

Outro informe foi sobre o fortalecimento do SUAS, Carlos trouxe que foi realizada oficina com profissionais atuantes dos 38 municípios mineiros atingidos, onde foram levantados pontos de atenção e propostas de ação para fortalecimento do sistema único de assistência social. As ações propostas que tiveram mais destaque foram de melhoria da infraestrutura e do plano de capacitação dos profissionais. É informado que o acompanhamento dessas medidas pode ser realizado a partir dos conselhos municipais de assistência social.

Foi informado também sobre a alteração da localidade da 3ª reunião, a pedido da ATI Cáritas Diocesana de Itabira, assim, a 3ª RO da IMPS/Doce será em Governador Valadares e ocorrerá em dois dias com o apoio da Cáritas de Governador Valadares. No dia 29 de abril pela tarde e no dia 30 pela manhã.

Em seguida passou-se para o bloco de pauta. Este foi iniciado com apresentação da SEINFRA sobre o lote Mariana - Ouro Preto da BR-356. Vitor, SEINFRA, deu devolutiva sobre o questionamento sobre o pagamento de pedágios. Foi informado que haverá desconto progressivo para usuários frequentes de até 65% do valor da tarifa. Trouxe que as obras vão trazer mais segurança para os usuários. Também foi informado que carros leves e de pequeno porte pagarão menos, todavia caminhões pagarão a mais por cada eixo que possuírem. A cobrança somente ocorrerá após 12 meses dos benefícios estiverem disponíveis.

Dando continuidade aos assuntos do bloco, Antenor, DER, fez fala sobre a pavimentação da via que liga Ponte Nova a Barra Longa e sobre a estrada de Chopotó a Ponte Nova. Carlos, SEPLAG, complementou falando que o trecho de Chopotó a Barra Longa ainda está em análise e que será realizada visita técnica para melhor compreensão das necessidades apontadas.

Passou-se, então, para as contribuições dos(as) membros(as) presentes.

Simone, Barra Longa, questionou sobre a falta de isenção do pedágio do trecho a passar por concessão da BR-356. Também pontou que o nome escolhido, via liberdade, não leva em consideração a história das pessoas atingidas. Perguntou se nos planos para o turismo irão chegar até as comunidades atingidas. Também trouxe urgência do estado de Minas em realizar a pavimentação e asfaltamento do trecho que liga Barra Longa a Ponte Nova, face ser uma rota de fuga caso ocorra novo desastre. Também questionou se é de conhecimento se a estrada que liga Gesteira a Barra Longa é municipal ou estadual.

Antenor informou que o trecho que liga Gesteira a Barra Longa é do estado e que a via já está sendo analisada.

Sobre o trecho da BR-356 em vias de concessão, Vitor da SEINFRA falou que será criado um corredor de turismo, havendo expectativa de aumento de fluxo em toda sua extensão. Também trouxe que não é possível fazer a individualização de usuário para a criação de carteirinhas, dado que não haverá postos com cancela para a cobrança do pedágio em que poderiam ser verificadas as carteirinhas, mas reforçou que o desconto será progressivo de acordo com a frequência de utilização.

Marcos Antônio falou sobre a preservação da Fauna e Flora na via, trazendo a importância de se criar corredores suspensos e subterrâneos para proteção animal nas vias. Em seguida, José Márcio trouxe que a urgência da estrada também é em razão de ser uma via de escape, também mostrou insatisfação com o pagamento do pedágio.

Vitor acatou a sugestão de incluir medidas de proteção animal ao contrato de concessão do trecho Ouro Preto/Mariana, mencionando que essas vias terão medidas de preservação. Como encaminhamento, sugeriu que em momento posterior essas alterações no contrato com sejam apresentadas futuramente no âmbito da IMPS/Doce.

Silvio Martins, questionou a pauta proposta pelo Poder Público, mencionando que seria importante debater assuntos pertinentes às pessoas atingidas.

Luísa, secretária executiva, trouxe que a pauta foi montada levando em consideração assuntos levantados pelos membros em momentos anteriores, sendo oportuno os membros se manifestarem sobre os assuntos quais acreditam ser relevantes para as reuniões futuras.

Dra. Shirley falou da importância da fala do Sr. Silvio, lembrando que por mais que seja doloroso tocar no assunto da reparação é necessário saber e debater sobre as medidas que estão sendo propostas. Versou sobre a importância do espaço da IMPS/Doce, trazendo que é um momento de questionar como que pode ser um espaço de construção para que as medidas sejam mais efetivas visto a diversidade de realidades ao longo da bacia.

Dra. Shirley pediu para que seja discutido internamente por parte do Estado sobre a MG-326 que liga Gesteira a Barra longa e que seja apresentada resposta à instância em momento posterior se existe uma previsão de asfaltamento. Também sugeriu que a SEINFRA forneça a IMPS/Doce resposta formal sobre o tema da isenção do pedágio da BR-356.

Dr. Felipe, Defensoria Pública, fez coro com a fala, destacou que o espaço da IMPS/Doce é uma oportunidade de fiscalização das medidas, sendo divulgadas informações sobre as medidas de reparação e, principalmente, sobre como e onde as fiscalizar.

Anderson, membro que representa o território de Mariana, questionou sobre o primeiro ano de isenção do trecho de concessão da BR-356, se ele começará após a finalização das obras ou será a partir do começo. Alegou ser justa a repartição dos lucros do pedágio para todas as pessoas atingidas que são dependentes da obra.

Vitor da SEINFRA mencionou que realmente terão transtornos, mas que serão temporários ficando posteriormente apenas os benefícios. Versou também que para o investimento total estão previstos recursos para além do acordo.

Mirella questionou as placas de identificação das obras feitas a partir do dinheiro da repactuação, inclusive para o trecho a sofrer concessão. Falou que essas placas têm que trazer de modo concreto a memória do desastre, lembrando da dor das pessoas atingidas a fim de que nunca seja esquecido.

Vitor acolheu a sugestão de Mirella, falando que as medidas de memória podem ser revistas. Assim, sugeriu que os territórios possam se organizar para enviar proposta de medida que relembre do desastre a fim de clamar pela não repetição e honrar as vidas perdidas.

Marlene Ferreira falou sobre a entrega de Kit Máquinas. Parabenizou a iniciativa, todavia problematizou que a utilização delas tem que ser realizada para as comunidades atingidas, perguntando onde isso pode ser monitorado e denunciado.

Thais, SEPLAG, destacou que todo o maquinário do kit máquinas saiu para os municípios devidamente identificado como proveniente de medida de reparação, havendo destaque via adesivos. Também falou que o mesmo ocorre com as obras que são oriundas do acordo do rio Doce.

Em seguida, houve manifestações sobre possíveis maus usos do maquinário distribuído, em especial nos municípios de Barra Longa e de Dionísio. As alegações incluem retirada da adesivação e utilização para propaganda política por parte de vereadores dos municípios.

Luísa destacou que houve registro em ata, todavia pede que haja formalização via ofício contendo mais informações dos casos apontados, bem como se houver em demais municípios relatos de má utilização.

Dra. Shirley falou sobre a importância de observar quem é que executa cada medida. Informou que as máquinas do Kit foram entregues seguindo orientação de uso e de divulgação como medida de reparação. Assim, concordou que até o momento da entrega houve respeito a esses direcionamentos. Por fim, falou da importância de uma organização comunitária, possivelmente via ATI, não para fiscalizar, mas para direcionar a denúncia aos entes fiscalizadores.

Maria Célia concordou sobre a importância de todas as pessoas atingidas estarem acompanhando em seus municípios para poder indicar a má utilização.

José Marcio falou que não são todos os municípios que estão utilizando de modo irregular, destacando que Rio Doce tem utilizado de modo correto das máquinas entregues.

Sobre o tema da concessão da BR-356, Ageu apontou preocupação com o fato de não existirem cancelas na proposta de concessão do pedágio em razão de ter o desejo de que sejam gerados mais empregos, mas que ter mão de obra humana é importante para gerar renda para os e as trabalhadoras. Já sobre o Kit Máquinas trouxe que adesivos são fáceis de serem removidos, sugere que sejam feitas gravações nas máquinas.

SEINFRA abordou sobre o questionamento de geração de empregos trazendo que haverá investimento e contratação de pessoal na infraestrutura da estrada e que também a partir da oportunidade de interiorização do desenvolvimento haverá facilitação ao acesso de turistas às regiões, o que ocasiona novos empregos. Trouxe também que a medida do pedágio via Free

Flow foi pensada a fim de minimizar riscos de acidentes, sendo uma tecnologia que permite o trânsito contínuo.

Já sobre o informe referente ao fortalecimento do SUAS, Marília forneceu sugestão de fortalecimento do SUAS para que a faixa etária de 18 anos a 29 anos seja atendida também, de preferência de modo que seja compatível com o horário comercial, havendo alternativas de atividades fora do horário de expediente.

Thaís, SEPLAG, versou que o projeto do anexo 12 é uma complementação do anexo específico do SUAS. Na parte específica do estado de Minas, explicou que se fala sobre a capacitação dos profissionais, sobre o monitoramento dos planos de ação e sobre infraestrutura. Todavia, é através do Governo Federal que vai ser possível a contratação de pessoal, como explicitado no anexo 7, que trata em específico do SUAS.

Dr. Felipe trouxe que a organização do SUAS é realizada pelo município. Assim, ressaltou a importância de acompanhamento a partir dos conselhos municipais para ver como que esses ganhos estão sendo gastos.

Em seguida passou-se para o próximo ponto de pauta, onde Luísa apresentou proposta de ofício que solicita custeio dos membros da sociedade civil para o conselho federal via Secretaria Geral da Presidência da República, dada as verbas previstas para participação social no anexo 6.

José Marcio comentou que no conselho federal existe custeio, mas que para a IMPS/Doce não tem. Assim, pede urgência para resolução do custeio visto que teve de utilizar de transporte particular pessoal para se deslocar para a reunião.

Dra. Shirley trouxe que a instância foi instituída a partir do anexo 6, assim como as ATIS. Como estratégia para seguir, sugere o aguardo da resposta do governo federal ao ofício encaminhados pelas IJ's sobre qual a forma de custeio do Conselho Federal. Também fala que a minuta de ofício pode ser disponibilizada para posterior assinatura.

Como encaminhamento, a minuta de ofício sobre o custeio da Instância será compartilhada e revisada para posteriormente haver novo debate sobre o tema.

Após breve intervalo para almoço, a pauta foi retomada com a temática da revisão do Edital lançado pela EMATER sobre instalação de micro usinas de energia fotovoltaica. Gilmar, EMATER, trouxe para debate pontos sobre o edital que foram revistos a partir das manifestações das pessoas atingidas. Também justificou motivos pelos quais alguns dos pedidos não puderam ser incorporados em razão do texto do acordo.

Gilmar aproveitou a oportunidade para contextualizar que as medidas que estão previamente previstas no anexo 18, sendo apenas uma das ações o edital de instalação de micro usinas de energia fotovoltaica. Falou também que para o edital discutido, como forma de atender a população em municípios não conveniados será feito atendimento periódico a fim de atender a

população e a facilitação da inscrição. Assim a EMATER solicitou apoio das ATIs para divulgar as datas desses atendimentos.

Thais, SEPLAG, apresentou sobre a possibilidade de utilizar do espaço da IMPS/Doce para amadurecimento de medidas tal como o caso do edital discutido, visto que as alterações feitas foram fruto dos apontamentos realizados via ofício encaminhado pelas pessoas atingidas.

Anderson, de Mariana, indagou sobre o começo da execução, quais pessoas já foram contempladas, quantitativo de pessoas de cada cidade. Questionou sobre a forma de fiscalização dessas entregas.

Gilmar falou que o quantitativo por cidade não existe porque toda a área abrangida possui potenciais beneficiários da política. Trouxe que não foi possível individualizar por município para que seja possível haver um dinamismo à medida que o quantitativo de pedidos forem surgindo. Também informou que no site da EMATER é possível verificar quais pessoas estão sendo atendidas já pelo edital, mas que para aqueles nomes que não foram divulgados é necessário ir a EMATER compreender os motivos da não inclusão a fim de se complementar a documentação e serem atendidos em ciclos posteriores.

Anderson questionou se o quantitativo for maior do que o esperado, o Estado irá complementar a verba para atender a todos.

Gilmar respondeu que é uma situação que ainda será pensada uma solução caso haja um grande número de inscritos, mas que até o momento o número de procura foi baixo

Vitório, EMATER, reforçou que o número foi abaixo do esperado. Mas, que existe previsão para atender todas as pessoas inscritas que se enquadrem nos requisitos do edital, dos 1000 pedidos esperados apenas foram feitos 200 e selecionados 92 em razão de documentação. Falou das dificuldades encontradas em razão do ano eleitoral.

José Marcio, questionou que os dados disponíveis sobre o número de inscritos no edital não bate com a realidade. Reclamou sobre a atuação da EMATER local, falando sobre as dificuldades de atendimento quanto a tirada do CAF e de cálculo da distância entre a calha do rio e do imóvel rural registrado como terreno produtivo. Fala que em Santana do deserto não houve atendimento justo para preenchimento dos requisitos necessários.

Gilmar retornou falando sobre a atuação da EMATER, cujo foco é ter capilaridade para escutar e ter oitiva de denúncias e reclamações. Fala que a retirada do CAF é importante, todavia deve-se ser comprovados os requisitos.

Marília Célia agradeceu a medida, trazendo que essa medida é importante para auxiliar de modo permanente as pessoas. Pediu para que o técnico da EMATER possa ir ao território divulgar o edital. Também solicitou para que seja revisto casos em que uma pessoa tenha mais de uma propriedade e que em uma delas já tenha um sistema fotovoltaico e recomendou aumentar o número de técnicos.

Gilmar informou que está sendo consolidado um novo concurso para aumentar a quantidade de extensionistas, mas que por hora será mantido o quantitativo existente. Informou que nesse primeiro momento se priorizou quem ainda não possui nenhum sistema fotovoltaico disponível, mas que com o tempo a proposta é verificar caso a caso.

Thais consolidou entendimento sobre a política debatida, falando que essa medida dos sistemas é uma forma de trazer celeridade na reparação dentro da iniciativa voltada para as enchentes, mas que irão ter outras medidas a partir estudos completos sobre as realidades locais.

Também foi questionada a possibilidade de inclusão de pessoas jurídicas serem contempladas, havendo retorno positivo com a informação de que no próximo edital já existe essa previsão.

Sobre o tema das pessoas que se inscreveram, mas ainda não foram anunciadas como beneficiadas, Thais encaminhou para que a EMATER de retorno sobre o motivo pelo qual ela não foi contemplada nesse ciclo a fim de que possa complementar e ter nova chance em momento futuro.

Marlene, representante de Tumiritinga e Galiléia, apontou que o município de Galiléia ainda não foi contemplado. Fala que já instalou um sistema que lhe atende parcialmente, mas que acha importante ter a oportunidade de inclusão no edital. Questiona do motivo de limitação de pessoas eleitas em cada ciclo.

Gilmar trouxe que a limitação é em razão da capacidade de instalação dos sistemas. Mas, informa que o objetivo é atender a todos e todas ao longo do tempo. Fala que os dados serão divulgados, tendo observância com a LGPD.

Após questionamentos sobre a inclusão de outras categorias profissionais, tais como pescadores, Gilmar e Thais se complementaram na ideia de que as verbas oriundas do anexo 18 possuem cunho de recuperação territorial, mas asseguram que existem medidas específicas no âmbito do acordo do Rio Doce que preveem políticas para demais grupos.

Marco Antônio trouxe o edital é taxativo e criticou a mancha considerada. Mencionou que muitas comunidades ficaram de fora dado os critérios. Refletiu que uma dificuldade é em razão da regularização fundiária, assim pede para que na IMPS/Doce sejam pensadas nessas políticas. Pede que a regularização não fique apenas no âmbito urbano

Thais discorreu que programas de regularização fundiárias rurais já estão sendo pensadas e que futuramente haverá compartilhamento de mais informações.

A seguir, o tema voltou para o tema de informe de entrega dos maquinários do Kit máquinas. Sandra trouxe que os maquinários do kit máquinas possuem adesivos, mas que são pequenos. Pediu que os adesivos sejam grandes para que não seja feita propaganda política

Thais, SEPLAG, concordou com o encaminhamento e mencionou que os adesivos para entregas com recurso da repactuação serão revistos.

Agéu explanou que a burocracia dificulta ao acesso às políticas públicas. Expos que é comerciante, mas que vê da dificuldade de acesso às políticas em razão de não ter tempo de ir correr atrás da documentação. Concluiu pedindo atenção às comunidades ribeirinhas e aos comerciantes.

Thais discorreu que a maior parte das medidas para comerciante está com a união. Mas, por parte do estado irá ter um projeto de microcrédito para comerciantes. A medida será divulgada quando estiver pronta.

A seguir, Luísa organizou votação para reorganizar a pauta face o tempo. Assim, a proposta de retirada do ponto de pauta sobre a prestação de contas das IJ's da pauta foi acatada a fim de utilizar o tempo disponível para a temática de retomada de água em Itueta e Resplendor e, posteriormente, pauta livre.

Os(as) membros(as) solicitaram que o ponto retirado, em especial no que tange o debate sobre o programa para mulheres, seja abordado em outro momento, propondo articulação por parte das Instituições de Justiça sobre o tema. Assim, acordaram no envio de ofício específico sobre o tema a fim de provocar oficialmente a organização da reunião.

Passou-se, então, para o ponto de pauta de retomada de captação de água em Itueta e resplendor. Assim, a COPASA fez apresentação sobre o assunto, destacando que os dados trazem segurança sobre a possibilidade de tratabilidade da água de acordo com os índices postos em portaria do Ministério da Saúde sobre o assunto.

Renato, membro representante de Resplendor, falou que a população de Resplendor não gostaria da água do rio Doce. relatou que a impressão é que a água não é de qualidade. discorreu que não existe tratamento de esgoto em Resplendor. Assim, sugeriu a utilização do rio Manhuaçu para substituição da água captada do rio Doce.

Nilson falou que o abastecimento de água passa por um processo de tratabilidade que garante a qualidade da água distribuída e que a vazão do rio sugerido não atende as necessidades da população.

Thais também trouxe que o tema do saneamento básico é de suma importância e que já vem sido pensadas políticas específicas que em momento oportuno serão compartilhadas com a IMPS/Doce.

Marília, Itueta, leu relato de sua comunidade em que pedem qualidade e segurança na água distribuída. Mencionou que como um todo a comunidade não possui confiança na água distribuída e que gostariam de ter acesso aos resultados detalhados que atestam a tratabilidade da água, inclusive em relação a presença de metais pesados. Pediu para que o acesso a água seja feito de modo seguro de forma definitiva pelo rio Manhuaçu.

Nilson trouxe que o resultado apresentado foi apenas uma inicial, mas que já garante a segurança visto um histórico de estudos prévios. Falou que serão realizados estudos contínuos

para sempre trazer segurança na água disponibilizada e que esses resultados terão publicidade no site eletrônico da COPASA.

Ana Claudia Botelho informou que a segurança da água já foi atestada pela COPASA e pela auditoria independente contratada com o fim de atestar os resultados apresentados, AECOM.

Dr. Leonardo destacou que é necessário haver um momento de devolutiva formal dos testes que asseguram a segurança da água.

Ana Claudia Botelho explicou que foi feito um ofício-resposta sobre o assunto e que está sendo elaborado um material em linguagem acessível falando sobre os testes. Esse será compartilhado com os membros da instância assim que estiver concluído.

Benilde alegou que a água do lago em que ocorre a captação possui mau cheiro. Mencionou que o lago não é tão profundo quanto era antes. Também falou que já apresentou antes a proposta de captação de água via o rio manhuaçu, trouxe também a importância de um programa de tratamento de esgoto.

Ana Claudia Botelho, destacou que o CEMG dará como encaminhamento o envio do relatório de qualidade da água em linguagem acessível para os membros.

Franciele, AECOM, mencionou que a auditoria acompanhou esse processo e analisou os estudos, estando claro que os parâmetros foram atendidos e que a água é segura para ser tratada.

Simone, Barra Longa, se posicionou falando que não concorda com a disponibilização de água vinda de um rio contaminado por metais pesados. Destacou grande preocupação com a saúde. Pediu um estudo de contraprova para atestar a segurança da água.

Agéu perguntou onde são lançados os rejeitos após o processo de tratamento da água até ser distribuída.

Thaís informou que o estudo foi realizado por uma empresa privada e que a contraprova foi realizada a partir da AECOM

Nilson afirmou que a população está recebendo água de qualidade. Sobre a pergunta dos rejeitos, informou que a COPASA está instalando em todas as estações de tratabilidade de água unidades de tratamento de resíduos e após o tratamento o lodo é encaminhado para local de descarte próprio, em aterro.

Dra. Shirley propôs uma visita da comunidade a estação de tratamento.

A proposta foi acolhida pela COPASA, e que estão abertos para organizar visitas guiadas. Todavia, foi ressaltado que em cada uma delas será possível receber para poucas pessoas em razão da necessidade de uso de EPI's.

Foi acordado que a Comissão de Itueta e Resplendor poderá manifestar interesse em realizar a visita via ofício a ser encaminhado à COPASA com cópia à IMPS/Doce.

A seguir, entrou-se no último momento da 2ª reunião ordinária, sendo esse o da pauta livre.

Simone, Barra Longa, reforçou pedido para as IJ's uma reunião específica com as mulheres atingidas para debater o programa das mulheres. Também solicitou informações sobre as vagas para IPCT's na IMPS/Doce. Ressaltou o pedido para que se olhe de modo urgente a manutenção da estrada que ligue Gesteira a Barra Longa. Como encaminhamento pede para que todos os documentos sejam encaminhados de modo prévio para que seja possível estudar antes das reuniões.

Assim, restou acordado que a Secretaria Executiva poderá rever os fluxos de funcionamento da Instância a fim de antecipar o envio de documentação pertinente a ser debatida na pauta.

Dra. Shirley mencionou a produção de relatório sobre as mulheres da bacia, com esses dados será possível discutir com o Espírito Santo e elaborar termo de referência de contratação de ente que irá gerir o programa para mulheres. Sobre o preenchimento das vagas para IPCT's, trouxe que foi solicitado apoio às ATI's para elaboração de metodologia de eleição.

Mirella levantou preocupação com as verbas destinadas à assistência social e a saúde no município de Mariana, solicitou apoio da IMPS/Doce para elaboração de minuta de ofício que trate da importância da participação social no espaço de conselho municipal para ser encaminhado a prefeitura de Mariana. Simone fez coro com a solicitação e pediu inclusão de Barra Longa no pleito.

Como encaminhamento restou acordado que a IMPS/Doce irá elaborar minuta de ofício solicitando acesso aos planos de ação em saúde e assistência social dos municípios de Barra Longa e Mariana, assim como será reforçado o papel da participação social em espaços públicos.

Maria Célia pediu informações sobre a silagem de animais, visto que existe programação para parada de fornecimento por parte da Samarco. O assunto será debatido em próxima reunião da IMPS/Doce.

Foi acordado, também, que a instância debaterá sobre políticas específicas para a população ribeirinha, dando destaque nas ações previstas no acordo e o status das ações.

Os encaminhamentos desta reunião foram sistematizados em anexo. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 18h. Lavrou-se a presente ata, que será encaminhada aos participantes para ciência e posterior aprovação.

Ponte Nova, 26 de fevereiro de 2026.

**Presidente/Coordenador(a) da Reunião**  
**Secretaria-Executiva – SEPLAG**

**Anexo I: Encaminhamentos da Reunião**

<b>Encaminhamento</b>	<b>Responsável</b>
Apresentar a forma de incorporação das medidas de proteção à fauna e à flora no âmbito da concessão da BR-356.	Estado de Minas Gerais
Encaminhar resposta, por meio de ofício, à IMPS/Doce acerca do pedido de isenção de pedágio para pessoas atingidas.	Estado de Minas Gerais
O Estado verificará a possibilidade de pavimentação e manutenção da MG-326, em especial o trecho que liga Gesteira a Barra Longa e Gesteira a Cláudio Manoel.	Estado de Minas Gerais
As ATIs articularão, junto aos territórios, proposta de identificação da origem do recurso para a obra da BR-356 em memória do desastre e suas vítimas, para fins de possível incorporação ao contrato de concessão. As propostas deverão ser encaminhadas por e-mail à SECEX/IMPS.	Assessorias Técnicas Independentes
A minuta de ofício referente ao custeio da Instância será encaminhada pela SECEX/IMPS aos membros para contribuições e, posteriormente, reapresentada para deliberação.	SECEX/IMPS
A EMATER-MG dará publicidade às razões que fundamentaram o indeferimento das inscrições apresentadas no âmbito do edital de Micro Usinas Fotovoltaicas.	EMATER-MG
SECEX/IMPS adaptará seu fluxo de recebimento e divulgação das pautas, a partir da 3ª Reunião Ordinária, com o objetivo de viabilizar o envio de maior	SECEX/IMPS

<p>detalhamento sobre as pautas com antecedência mínima de 5 dias em relação às reuniões da IMPS/Doce.</p>	
<p>O CEMG encaminhará à SECEX/IMPS o relatório em linguagem acessível, elaborado pela auditoria ambiental (AECOM), sobre a tratabilidade da água de Itueta e Resplendor</p>	CEMG
<p>Mediante solicitação da Comissão de Atingidos de Itueta e Resplendor, a COPASA disponibilizará visita guiada à estação de tratamento de água de Itueta e Resplendor aos representantes da comissão.</p>	Comissão de Atingidos de Itueta e Resplendor
<p>A IMPS/Doce elaborará minuta de ofício aos municípios e aos conselhos municipais de Mariana e Barra Longa, reforçando a importância da participação social, bem como da representação das pessoas atingidas, na construção e no acompanhamento das políticas de assistência social e saúde nesses espaços. Bem como, será solicitada apresentação dos planos de ação em Saúde e Assistência Social às comissões locais municipais de Mariana e Barra Longa.</p>	IMPS/Doce
<p>O CEMG apresentará as medidas de abastecimento previstas para as comunidades ribeirinhas no âmbito do Acordo, considerando tratar-se de obrigação de fazer atribuída à Samarco.</p>	CEMG
<p>A COPASA disponibilizará mensalmente, em seu site oficial, os relatórios dos estudos relativos aos índices de qualidade da água, com base nos parâmetros estabelecidos em portaria do Ministério da Saúde, incluindo as análises quanto à presença de metais pesados.</p>	COPASA
<p>O Estado de Minas Gerais buscará atender ao pedido de revisão dos adesivos de identificação nas entregas realizadas com recursos do Acordo, de</p>	Estado de Minas Gerais

<p>modo a adequá-los à dimensão e às características de cada entrega, com o objetivo de conferir maior destaque à logomarca do Acordo de Reparação.</p>	
<p>O CEMG apresentará retorno acerca da situação da obrigação de fazer prevista no PG-17 – Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, especialmente quanto à continuidade das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de “Silagem – Alimentação Animal”, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses contados da homologação judicial do Acordo, conforme relatado no ofício encaminhado pela Comissão de Conselheiro Pena.</p>	<p>CEMG</p>

## **Anexo II: Lista de presença**

